



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025.
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, para prestar esclarecimentos sobre o envolvimento da SECOM na concepção da Rede Minerva, a utilização de recursos públicos em benefício de ex-servidores da Secretaria, e a produção de relatórios com monitoramento das redes sociais de parlamentares da oposição, sob pretexto de combate à desinformação e, também, acerca de recentes declarações do Presidente da República sobre o envolvimento do governo da República Popular da China nas discussões acerca da regulação das redes sociais no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, para prestar esclarecimentos sobre o envolvimento da SECOM na concepção da Rede Minerva, a utilização de recursos públicos em benefício de ex-servidores da Secretaria, e a produção de relatórios com monitoramento das redes sociais de parlamentares da oposição, sob pretexto de combate à desinformação e, também, acerca de recentes declarações do Presidente da República sobre o envolvimento do governo da República Popular da China nas discussões acerca da regulação das redes sociais no Brasil.





JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada pelo jornal “*Estadão*”¹, revelou uma série de fatos alarmantes relacionados à concepção, execução e operacionalização do projeto Rede Minerva, cujo orçamento total ultrapassa R\$ 54 milhões e que tem como objetivo declarado o combate à desinformação.

Embora a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tenha negado oficialmente participação no projeto, documentos obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação revelam que a iniciativa foi construída em interlocução direta com a Secretaria de Análise, Estratégia e Articulação da SECOM, sob coordenação do então secretário Renam Brandão, atual assessor da Secretaria de Políticas Digitais da própria SECOM.

Segundo a reportagem, o Ibict encaminhou ao jornal *Estadão* materiais produzidos pela Rede Minerva, que incluem a coleta e sistematização de postagens em redes sociais de contas anônimas, influenciadores digitais e parlamentares federais, tais como os deputados Gustavo Gayer (GO), Julia Zatta (SC) e Carlos Jordy (RJ).

Tal prática levanta sérias preocupações quanto a:

- *Eventual abuso de poder político e institucional para fins de vigilância direcionada;*
- *Violação de prerrogativas parlamentares, liberdade de expressão e liberdade de atuação política, sobretudo de membros da oposição ao governo;*
- *Falta de transparência sobre os critérios de seleção dos alvos monitorados e o destino dos dados coletados.*

Há registros de que o projeto remunera, com recursos públicos,

¹ <https://www.estadao.com.br/politica/rede-anti-fake-news-articulada-pela-secom-de-lula-tem-orcamento-de-r-54-mi-e-banca-viagem-a-cuba/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

ex-integrantes da SECOM como Rafael Caliri, que, mesmo sem formação superior concluída, recebe mais de R\$ 15 mil mensais como “gerente de mídias sociais” — ainda que o projeto não possua contas públicas em redes sociais.

Ademais, existem indícios de interferência indevida ou coordenação política da SECOM na origem do projeto, com eventual uso da máquina pública para fins político-partidários sob o pretexto de combate à desinformação.

Diante da gravidade dos fatos noticiados e de suas implicações diretas para a democracia, a liberdade de expressão e a integridade do processo legislativo, torna-se imprescindível que o Ministro-Chefe da SECOM compareça a esta Comissão para prestar esclarecimentos oficiais e detalhados, dentre outros, sobre:

- *O papel da SECOM na concepção e articulação inicial da Rede Minerva;*
- *A legalidade e motivação para o monitoramento de parlamentares da oposição e influenciadores;*
- *A política de governança e critérios técnicos de indicação de servidores e bolsistas;*
- *Os limites da atuação da SECOM em iniciativas de monitoramento digital.*

Continuando, em coletiva de imprensa realizada recentemente², o Presidente da República afirmou que: *“Fiz questão de conversar com o presidente Xi Jinping de ter uma pessoa para a gente discutir essa questão do que se fazer na regulação e no tratamento dessas empresas de aplicativo. Não é possível que o mundo seja transformado em um banco de mentiras. O Mauro Vieira recebeu uma carta do Xi Jinping e ele ficou de mandar uma pessoa para conversar e quando essa pessoa vier vai ser o Sidônio.”*

² <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/06/03/lula-regulamentacao-das-redes-sociais.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Essa declaração evidencia a intenção do governo brasileiro de tratar com o governo chinês sobre a regulação das redes sociais no Brasil, tema de alta relevância para a segurança cibernética, a proteção de dados pessoais e o exercício pleno da liberdade de expressão.

O fato de o Presidente da República ter solicitado formalmente ao governo chinês o envio de um representante para tratar desse tema sensível, e de ter indicado que o interlocutor oficial brasileiro seria o Ministro Sidônio Palmeira, revela a interface direta entre diplomacia internacional e política interna, exigindo, também, o acompanhamento por esta Comissão

Por todo o exposto, contamos com a colaboração de todos os membros da Comissão de Comunicação para garantir que o Ministro compareça o mais breve possível, a fim de esclarecer essas questões.

Sala das Sessões, em de , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

